

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.335.765 - MG (2018/0189369-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : ANTONIO TOMAZ DA SILVA  
**AGRAVANTE** : EDNA FERREIRA SANTOS TOMAZ DA SILVA  
**AGRAVANTE** : ANTONIO APARECIDO FERREIRA GOMES  
**AGRAVANTE** : JOSE EDMILSON GOMES DO NASCIMENTO  
**AGRAVANTE** : NELSON ANTUNES PEREIRA  
**AGRAVANTE** : JOAO NEWTON DA ROCHA  
**AGRAVANTE** : ENEIDA DE JESUS EVANGELISTA  
**AGRAVANTE** : EDMAR FERREIRA DOS SANTOS  
**ADVOGADOS** : CHARLES FERNANDO VIEIRA DA SILVA E OUTRO(S) -  
MG096415  
CLAUDIO VICTOR CARNEIRO DE MENDONCA - MG150405  
**AGRAVADO** : COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA  
MG  
**ADVOGADOS** : SÍLVIA MARIA MACHADO E OUTRO(S) - MG084364  
GABRIELA COSTA CRUZ CUNHA PEIXOTO - MG113047

**EMENTA**

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC**. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. CONTAMINAÇÃO EM RESERVATÓRIO DE ÁGUA. CADÁVER HUMANO. COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ. REDISTRIBUIÇÃO.

**DECISÃO**

ANTÔNIO TOMAZ DA SILVA, EDNA FERREIRA SANTOS TOMAZ DA SILVA, ANTÔNIO APARECIDO FERREIRA GOMES, JOSÉ EDMILSON GOMES DO NASCIMENTO, NELSON ANTUNES PEREIRA, JOÃO NEWTON DA ROCHA, ENEIDA DE JESUS EVANGELISTA e EDMAR FERREIRA DOS SANTOS (ANTÔNIO TOMAZ e outros) ajuizaram ação contra COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG (COPASA), em virtude de consumo de água tratada oriunda de reservatório contendo cadáver humano.

Os pedidos autorais foram julgados improcedentes. Os requerentes foram condenados ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da causa (e-STJ, fls. 221/236).

O Tribunal *a quo* negou provimento ao apelo de ANTÔNIO TOMAZ e outros, em acórdão a seguir ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO - COPASA - FORNECIMENTO DE ÁGUA - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA PARCIALMENTE ACOLHIDA - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO EM RELAÇÃO A UM DOS AUTORES - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - OSSADA DE CADÁVER HUMANO ENCONTRADA EM RESERVATÓRIO - RESPONSABILIDADE SUBJETIVA - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DANO, CULPA E DO NEXO DE CAUSALIDADE - INEXISTENTE O DEVER DE INDENIZAR - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA - NCPC - AJUSTE.

- Restando ausente qualquer demonstração acerca da titularidade de um dos autores em relação à relação jurídica de direito material inferida na prestação jurisdicional almejada através da deflagração da demanda proposta, inexistindo, ainda, nos autos, qualquer indício que aponte acerca da residência do mencionado autor no Município de São Francisco, em localidade abrangida pelo fornecimento de água prestado pela Copasa, evidente é a sua ilegitimidade ativa ad causam, conduzindo à necessária extinção do feito, sem resolução do mérito, em relação a ele.

- Nos termos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 1.0611.11.001809-4/002, é subjetiva a responsabilidade da COPASA quanto aos alegados danos morais provenientes do consumo de água do reservatório no qual foi encontrada a ossada de um cadáver humano na Comarca de São Francisco.

- Para que se caracterize o dever de indenizar, necessária se faz a verificação da presença dos elementos da culpa, do dano e do nexo de causalidade.

- Não comprovada a culpa da concessionária, não tendo esta agido com negligência, imperícia ou imprudência na guarda do reservatório de água, bem como não demonstrados os danos individuais provenientes do consumo de água, ou, ainda, o nexo de causalidade entre eles, deve ser julgado improcedente o pedido inicial de pagamento de indenização por danos morais.

- De acordo com a nova regra processual preconizada no artigo 85, §11, do Novo Código de Processo Civil, deverá o Tribunal, ao julgar o recurso, proceder à majoração dos honorários advocatícios anteriormente fixados, considerando, para tanto, o trabalho adicional realizado em grau recursal, vinculado, contudo, ao limite e aos requisitos estabelecidos nos § 2º, do mesmo dispositivo legal (e-STJ, fl. 310).

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 344/349).

No recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, a e c,

da Constituição Federal, ANTÔNIO TOMAZ e outros alegaram, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 11, 489, § 1º, IV, e 1.022, II, parágrafo único, II, do NCPC. Sustentaram, em suma, (1) a existência de omissão no julgado e a negativa de prestação jurisdicional acerca das falhas na prestação do serviço por negligência da COPASA; (2) que o dano moral decorrente da ingestão de água com a presença de cadáver em reservatório é presumido, pois constatada a falha na fiscalização. Afirmaram que o dano moral é *in re ipsa* (e-STJ, fls. 353/369).

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 394/404)

O recurso especial foi inadmitido na origem (e-STJ, fls. 406/410).

Interposto o agravo em recurso especial, ANTÔNIO TOMAZ e outros sustentaram, em suma, a violação de dispositivos infraconstitucionais e dissídio jurisprudencial. Ressaltaram a inaplicabilidade do óbice sumular aplicado na origem (e-STJ, fls. 413/427).

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 430/436).

É o relatório.

DECIDO.

A discussão gira em torno da falha na prestação do serviço oferecido por concessionária fornecedora de água, em razão da incontroversa descoberta de cadáver em estado de decomposição em um de seus reservatórios, ocasionando o fornecimento de água contaminada, sem condições de uso para a população do Município de São Francisco/MG.

Ficou definido, em questão de ordem julgada pela Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, que recursos envolvendo discussão entre a qualidade do serviço público oferecido por concessionária que presta serviço essencial à população, em nome do estado, são da competência da Primeira Seção, conforme o art. 9º, § 1º, XIV, do RISTJ.

Confira-se a ementa do julgado:

*QUESTÃO DE ORDEM. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. FORNECIMENTO DE ÁGUA CONTAMINADA PELA PRESENÇA DE OSSADA E RESTOS VISCERAIS DE CADÁVER HUMANO. LITÍGIO QUE ENVOLVE PERQUIRIRÇÃO SOBRE A ADEQUAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO. PREPONDERÂNCIA DAS NORMAS DE DIREITO PÚBLICO. COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ. ART. 9.º, § 1.º, INCISO XIV, DO RISTJ.*

1. *Cuida-se, na origem, de pretensão indenizatória contra a concessionária de serviço público Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa MG em virtude de abalo moral decorrente do consumo de água contaminada pela presença de ossada e de órgãos viscerais de cadáver humano encontrado dentro do principal reservatório de água mantido pela recorrida para o abastecimento de água na localidade de São Francisco/MG.*

2. *Para a definição da competência, o art. 9º do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça direciona ao exame da "natureza da relação jurídica litigiosa".*

3. *No caso concreto, o debate gira, precisamente, em torno da (in)adequação do serviço público prestado pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa MG, que, na condição de concessionária de serviço público essencial - fornecimento de água -, sujeita-se ao regramento estabelecido pela Lei 8.987/65, que não se limita à disciplina da relação jurídica mantida entre o poder concedente e a concessionária de serviço público, mas também se dedica à tutela do usuário, como se vê: "Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários (...)" ; "§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas." § 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço"; Art. 7º. "Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078 (...) "são direitos e obrigações dos usuários" (inciso I) "receber serviço adequado"; "Art. 31. Incumbe à concessionária: (inciso I) "prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato"; (inciso IV) "permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis"; (inciso VII) "zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço".*

4. *Ainda que, por vezes, efetuados por pessoas jurídicas de direito privado, os serviços públicos são prestados em nome do Estado - que é seu titular (art. 175 CF/88) - com a precípua finalidade de atendimento do interesse público. É por essa razão que os concessionários se sujeitam a um especial regime jurídico de direito público que estabelece deveres e sujeições não presentes nas relações exclusivamente privadas.*

5. *Apenas a título de exemplo da preponderância do regime público sobre as concessionárias, estão elas sujeitas: a) à responsabilidade objetiva de que trata o art. 37, § 6º, da Constituição Federal (REsp 1.095.575/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 3/11/2011, REsp 506.099/MT, Rel.*

*Ministro Castro Filho, Terceira Turma, DJ 10/2/2004, p. 249); b) regra geral, à impossibilidade de descontinuar a prestação do serviço público por inadimplência do Poder concedente ou invocar a exceção do contrato não cumprido em relação a ele (art. 39, parágrafo único, da Lei 8.987/65); c) à modificação e rescisão unilateral do contrato e à aplicação de sanções pelo Poder concedente (arts. 58, 65 e 67 da Lei 8.666/93); d) à promoção de desapropriações e à constituição de servidões autorizadas pelo poder concedente (art. 31, VI, Lei 8.987/65); e) à fiscalização pelo Poder concedente ou por suas agências reguladoras (arts. 3º, 29, I, 30, parágrafo único, e 31, V, da Lei 8.987/65); f) à intervenção do Poder concedente visando assegurar a adequada prestação do serviço público (arts. 29, III, e 32 da Lei 8.987/65).*

*6. Por outro lado, a aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos litígios entre usuários e concessionárias de serviço público, conforme admite a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não arreda a natureza jurídica de direito público envolvida no debate em questão, pois o CDC em momento algum restringe o foco de sua tutela às relações jurídicas de natureza privada; pelo contrário, seu campo de atuação ou incidência é dado pela simples definição dos conceitos de "consumidor" (art. 2º), "fornecedor" (art. 3º), "produto" (art. 3º, § 1º) e "serviço" (art. 3º, § 2º), dos quais não se podem, a priori, excluir os serviços públicos prestados pelas concessionárias com fundamento no art. 175 da CF/88.*

*7. O próprio estatuto consumerista traz dispositivos expressos regrado a responsabilidade civil decorrente de serviço público: "Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores (...) atendidos os seguintes princípios: (inciso VII) racionalização e melhoria dos serviços públicos"; "Art. 6º. São direitos básicos do consumidor (inciso X) a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral"; "Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos".*

*8. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça já reconheceu a competência da Colenda Primeira Seção para apreciar litígios entre usuário e concessionária de serviço público, do que são exemplos o CC 102.588/RJ, Rel. Ministro Felix Fischer, Corte Especial, DJe 20/4/2009, o CC 102.589/RS, Rel. Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe 18/5/2009 e o CC 108.085/DF, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, Corte Especial, DJe 17/12/2010.*

*9. A peculiaríssima controvérsia sobre a responsabilidade civil pelo fornecimento de água contaminada pela presença de ossada*

*e de órgãos viscerais de cadáver humano já fora anteriormente enfrentada pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamentos que, em sua esmagadora maioria, foram proferidos por uma das Turmas vinculadas à Primeira Seção, conforme se vê no REsp 1.416.978/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 3/12/2013; no AgRg no REsp 969.951/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 3/2/2009; no AgRg no REsp 969.894/MG, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 27/11/2008; no AgRg no REsp 1.068.042/MG, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 12/11/2008; e no AgRg no Ag 985.416/MG, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJe 12/11/2008.*

*10. Desse modo, controvérsias idênticas com origem comum devem receber tratamento jurídico homogêneo e uniforme, especialmente quando se refere a fatos ocorridos em uma comunidade pequena, onde a disparidade de respostas jurisdicionais seria particularmente danosa.*

*11. Questão de ordem acolhida para reconhecer a competência da Primeira Seção.*

(REsp 1.396.925/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, Corte Especial, DJe 26/2/2015).

Cabe, ainda, destacar os recentes julgados da Primeira Seção desta Corte Superior:

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RESERVATÓRIO DE ÁGUA PARA CONSUMO. PRESENÇA DE CADÁVER. DANO MORAL. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA.**

*1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" - Enunciado 2.*

*2. Rever a conclusão do Tribunal a quo para afastar a postulada indenização por dano moral - comprovação de não contaminação da água em cujo reservatório foi encontrado cadáver humano - reclama imperioso revolver de aspectos fático-probatórios dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 7 do STJ.*

*3. Agravo regimental desprovido.*

(AgRg no REsp 1.545.908/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Primeira Turma, j. 15/3/2018, DJe 20/4/2018)

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. CADÁVER ENCONTRADO NO RESERVATÓRIO DE ÁGUA.**

*ACÓRDÃO DE ORIGEM QUE, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS, CONCLUIU PELA NÃO COMPROVAÇÃO DO DANO MORAL. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*I. Agravo Regimental interposto contra decisão publicada em 22/09/2015, na vigência do CPC/73. II. Na origem, trata-se de ação proposta em desfavor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, objetivando a condenação desta em indenização por danos morais, em decorrência de ter sido encontrado cadáver humano em estado de decomposição, no reservatório de água da ré, no Município de São Francisco/MG.*

*III. O acórdão recorrido, mantendo a sentença de improcedência, concluiu, à luz das provas dos autos, que não teria sido demonstrada a culpa da ré, nem o dano moral. Afirmou o acórdão recorrido que, "no caso em tela, por intermédio de todo o contexto probatório dos autos, tem-se a comprovação de que foi encontrado em um dos reservatórios de água para abastecimento da cidade de São Francisco, um cadáver humano em avançado estágio de decomposição. Não se tem a certeza/convencimento de que a água deste reservatório específico é disponibilizada a toda população da cidade ou se, apenas, a uma parte dela, localizada em território distinto. Entretanto, ainda que tal tivesse sido comprovado, isto é, que o reservatório referido servia de água ao território onde se encontra localizada a residência específica da autora/apelante, resta claro que este fato, por si só, não pode ser tomado como um evento danoso à sua moral.*

*Muito menos das pessoas, em geral, destinatárias do serviço de água naquele território de serviço d'água. E isto porque, conforme comprovado nos autos e anotado pela douta sentença, o resultado do laudo técnico realizada em amostra da água coletada, afasta, peremptoriamente, a possibilidade de qualquer malignidade ou doença causada por sua ingestão, devido a ausência de dados/requisitos de que nela pudesse constar elementos caracterizadores de insalubridade e/ou não potabilidade. Comprovado, ao contrário, que era a água perfeitamente apropriada para o consumo humano. Ademais, diante dos mecanismos técnicos modernos e de elevado padrão, com a finalidade maior de limpeza da água e que dela retiram toda a impureza capaz de influir na sua qualidade de consumo, isto é, de ser total e perfeitamente potável". Assim, conclusão em contrário encontra óbice na Súmula 7/STJ. Em casos idênticos, confirmam-se: STJ, REsp 1.418.821/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ acórdão Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 03/02/2017; REsp 1.605.816/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/11/2016; STJ, AgRg no REsp 1.562.408/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

*PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/10/2016; EDcl no REsp 1.402.626/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/05/2015.*

*IV. Agravo Regimental improvido.*

(AgRg no REsp 1.549.102/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Segunda Turma, j. 6/4/2017, DJe 26/4/2017)

Nessas condições, **DETERMINO** a redistribuição do presente feito para um dos e. Ministros integrantes da Primeira Seção.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

